

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

GRAZIELA DE FÁTIMA PAULUKA

ÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Um estudo de caso sobre a Diretoria de Bem-Estar
Animal de Florianópolis

Florianópolis, 2018

Graziela de Fátima Pauluka

Monografia apresentada ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Letícia Albuquerque

Florianópolis, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS – Um estudo de caso sobre a Diretoria de Bem-Estar
Animal de Florianópolis

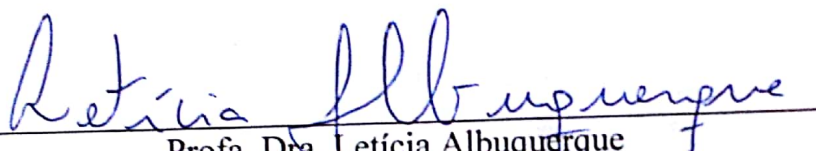
Graziela de Fátima Pauluka

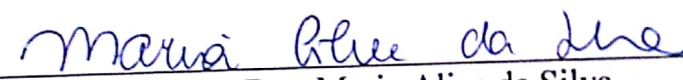
06/12/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE TCC

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de 2018, às 10:00h, na Sala 205 do CCJ, foi realizada a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "ÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Um estudo de caso sobre a Diretoria de Bem-Estar Animal de Florianópolis", elaborado pela acadêmica **Graziela de Fátima Pauluka**, matrícula 13100115, composta pelos membros Prof^ª. Dra. Leticia Albuquerque e dos membros avaliadores, Prof^ª. Dra Maria Alice da Silva e Prof^ª. M^ª.Thais Silveira Pertille abaixo assinados, obteve a aprovação com nota 9,0 (nove), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.


Prof^ª. Dra. Leticia Albuquerque
Professora Orientadora


Dra. Maria Alice da Silva
Membro de Banca


M^ª Thais Silveira Pertille
Membro de Banca

() Aprovação Integral

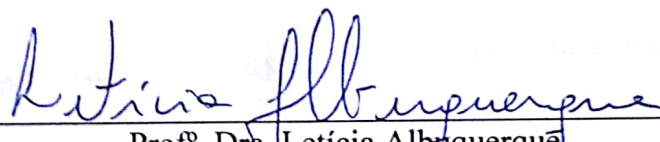
(X) Aprovação Condicionada aos seguintes reparos, sob fiscalização do Prof. Orientador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “ÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Um estudo de caso sobre a Diretoria de Bem-Estar Animal de Florianópolis”, elaborado pela acadêmica **Graziela de Fátima Pauluka**, defendido em 06/12/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,0 (nove), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.


Florianópolis, 06 de dezembro de 2018



Prof.ª Dra. Leticia Albuquerque
Professora Orientadora



Membro de Banca



Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluna: Graziela de Fátima Pauluka

RG: 5046370

CPF: 077.995.089-57

Matricula: 13100115

Título do TCC: **ÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ANIMAIS: Um estudo de caso sobre a Diretoria de Bem-Estar Animal de Florianópolis**

Orientadora Profª. Dra. Leticia Albuquerque

Eu, Graziela de Fátima Pauluka, acima qualificada, venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2018.

GRAZIELA DE FÁTIMA PAULUKA

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho foi uma das coisas que mais difíceis em cinco anos de graduação, não tanto por complexidade técnica, mas pelo desgaste emocional atrelado ao encerramento desse ciclo. Certamente o apoio e afeto de algumas pessoas foi o que me fez chegar até o final e por isso eu me sinto enormemente grata.

À professora Letícia por aceitar ser orientadora desse trabalho, por ter sugerido o tema e, principalmente, por ter proporcionado a inclusão da disciplina Direitos Animais na graduação.

À Monique, que generosa e sensivelmente tem me acompanhado durante toda a faculdade. Obrigada por nunca soltar a minha mão, por me ajudar a crer em mim e não desistir do mundo, mesmo nos momentos mais dolorosos. Sem a tua dedicação, conhecimento e paciência eu estaria ainda mais distante do aqui-agora.

À minha irmã, Liana, que mesmo no seu jeito torto de amar, tem estado ao meu lado nos momentos que eu mais preciso, tentando me proteger e arrumando solução pros problemas. Eu te admiro muito, obrigada por ser tão forte por nós!

À minha mãe, Terezinha, que a cada dia compreendo mais. Obrigada por não ter se conformado com o lugar que destinaram pra gente, por todos esses anos trabalhando praticamente sem direitos pra que nós pudéssemos estudar.

Ao meu irmão, Elton, por uma infância de companheirismo. Obrigada por me fazer menos só.

À Jessyka, minha dupla no EMAJ, colega de estágio e amiga. Obrigada pelo “se arruma e vai fazer a prova da OAB, sim!”, por organizar meu projeto de TCC em 20 minutos quando eu não consegui em 3 meses, por ter feito do CCJ um lugar mais fácil pra mim.

Ao Bruno, pelas conversas literárias, filosóficas e existenciais. Pela Eurotrip, pela preocupação com a minha saúde, pelos livros, festas e inquietações compartilhadas, por ser tão honesto e verdadeiro.

Ao Guilherme, por ser meu primeiro amigo no direito, pelos cafés/chás que rendem horas de conversa, por ter evoluído tanto e não ter desistido da nossa amizade.

À Ju, que foi um presente de despedida da graduação, que sorte te ter por perto nesse lugar deserto de humanidade.

Ao Lucas, pelos tantos momentos alegres e ranzinzas que compartilhamos. Pelas conversas cheias de lógica e sarcasmo. Pelos bons conselhos.

Aos meus amigos da odonto, Nai, Ciba, Pethine, Ágata e Gabriel, obrigada por tudo que passamos juntos.

À Tina, ao Luiz e ao Diogo, por todo apoio emocional e material nesses anos, vocês são especiais pra mim.

Ao Dr. Valdez, por ser um exemplo de ser humano, pela forma honrosa, inteligente e combativa que trata a Reforma Agrária, tenho muito orgulho de ter estagiado na PFE/INCRA.

À Dra. Madalena, pela doçura com que sempre me tratou.

Ao Ênio, Nay e Felipe, que vivenciaram comigo toda a injusta, cruel e absurda realidade da Vara da Infância e Juventude. Obrigada por terem compartilhado da indignação e dividido as guloseimas.

Ao Missy, que preguiçosamente acompanhou a minha escrita ronronando na poltrona ao lado. Por tentar me consolar em todos os momentos necessários e por abrir meus olhos pra sensibilidade.

Ao Kinho, pela alegria carinhosa que nunca falta.

Ao Nego, que trouxe vida aqui pra casa.

À Catness, por me ensinar tanto sobre confiança e amor.

Ao Kaique, por ser tão gentil e paciente. Obrigada por juntar os cacos de mim e derramar bondade. Eu sou grata ao universo por poder compartilhar a existência com você. Que a nossa relação seja um eterno entardecer em Sacramento. Obrigada por me fazer voltar a confiar no amor!

A mim mesma, por aprender a respeitar minhas limitações.

“É curto o tempo dos tiranos, é curta a noite da escravidão. E tão bela é a manhã da liberdade que vale a pena morrer por ela, dar a vida pela certeza de que ela vem, que chegará para os homens. Mas, ah! amiga, morrer é fácil, seja por uma mulher, seja pela liberdade! Difícil é viver uma vida de sofrimento e de luta, sem desanimar e sem desistir, sem se vender, sem se curvar. Mais que a morte, a liberdade pede a vida de cada um, todos os seus momentos, todas as suas forças”.

Jorge Amado, 1986

RESUMO

O presente trabalho busca analisar se a ética teve influência na conquista de políticas públicas para os animais não humanos na cidade de Florianópolis/SC. Faz uma exposição inicial dos questionamentos filosóficos sobre o status moral dos animais durante a história, seguida da apresentação das ideias de Peter Singer e eventuais consequências jurídicas da inclusão dos animais não humanos na comunidade moral. Analisa-se o conceito de políticas públicas e a responsabilidade estatal sobre a proteção dos animais. Por fim, aborda o histórico dos direitos animais em Florianópolis e apresenta dados sobre a Diretoria do Bem-Estar Animal.

Palavras-chave: Ética. Políticas Públicas. Proteção animal. Direitos Animais

ABSTRACT

This study is looking to analyze the ethical influence regarding advances in public policies for non-human animals in Florianópolis/SC. First, showing the philosophical questions about the moral status of animals along the history, followed by the presentation of Peter Singer's ideas and the consequences of the hypothetical inclusion of non-human animals in the morality sphere. Looking into the concept of public policies and the state responsibilities upon non-human animals. At last, it looks into the history of animal rights in Florianópolis, displaying data from "Diretoria do Bem-Estar Animal" (animal welfare group) .

Keywords: Ethics. Public policies. Animal rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
DIBEA	Diretoria de Bem-Estar Animal
ACAPRA	Associação Catarinense de Proteção aos Animais
COOBEA	Coordenadoria do Bem-Estar Animal

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número total de cirurgias realizadas por ano.....	36
Gráfico 2: Porcentagem por tipo de cirurgia realizada em 2017.....	37
Gráfico 3: Número de denúncias de maus-tratos por ano.....	38
Gráfico 4: Número de atendimentos por ano	39
Gráfico 5: Número de animais doados por ano.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O QUE É ÉTICA.....	12
1.1 Breve histórico da Ética animal	12
1.2 Animais não humanos como questão moral para Peter Singer....	19
1.3 Direitos morais dos animais não humanos e consequências jurídicas	22
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	25
2.1 Conceito de Políticas Públicas	25
2.2 Responsabilidade pública em relação aos animais não humanos	29
3 ESTUDO DE CASO	32
3.1 Histórico das ações em favor dos animais em Florianópolis – SC	32
3.2 Função e estrutura da Diretoria de Bem-Estar Animal	35
3.3 Discussão	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

O panorama das políticas públicas para os animais não humanos no Brasil ainda é quase inexistente. Talvez por ser um país com tantas mazelas, as pessoas considerem que o bem-estar animal é um problema de segunda ordem. Entretanto, acreditamos que a expansão de direitos a todos os seres sencientes é uma causa urgente, tendo em vista o imenso sofrimento causado por conta da nossa desconsideração com outras espécies.

Assim, a hipótese principal da presente pesquisa é que a ética teve importância na construção de políticas públicas para os animais não humanos no contexto da Diretoria do Bem-Estar Animal (DIBEA), no município de Florianópolis.

No primeiro capítulo são trazidas breves considerações sobre como a filosofia tratou o tema da moralidade para com os animais não humanos ao longo da história. Ainda que algumas vozes tenham se levantado no sentido de que a solidariedade e compaixão deveriam ser aplicadas a todas as espécies, o antropocentrismo-especista prevaleceu, ora sob o pretexto da falta de espiritualidade, ora pela falta de razão aos animais não humanos, justificando assim a dominação humana sob toda e qualquer forma de vida.

Entretanto, desde os anos 70 o movimento pela libertação animal, ou pelo seu bem-estar, tem crescido. Peter Singer, filósofo que é trazido como referência nessa pesquisa, tem sido uma influência para que nossas atitudes para com os não humanos seja reavaliada. O pensamento de Singer foi escolhido para por ser acessível ao grande público, o que consideramos de vital importância para que mais pessoas repensem suas práticas e incluam os seres sencientes em suas considerações morais. Expandir a noção de justo para as demais espécies, através da reflexão proposta por Peter Singer, nos parece um caminho para a mobilização humana em favor dos não humanos e consequentes mudanças jurídicas e políticas. Embora esse autor não fale especificamente sobre direitos animais, consideramos que seus argumentos servem para uma mudança individual e a partir disso pode haver uma mobilização coletiva humana em prol de políticas públicas em benefício das demais espécies.

No segundo capítulo, conceituaremos o controverso termo “políticas públicas”, já que os autores da área ainda não estabeleceram uma abordagem única e que dê conta de todas as questões envolvidas no assunto. Tal conceituação é essencial para o desenvolvimento deste trabalho, pois entendemos que para haver uma resposta estatal em forma de política pública é necessário que exista primeiro um problema considerado coletivamente relevante, conforme será demonstrado. A partir disso será possível compreender o processo que levou a implementação de uma instituição como a DIBEA e como uma consciência moral que incluiu algumas espécies para além da humana foi o primeiro passo para a expansão de direitos aos animais não humanos em Florianópolis.

Por fim, no terceiro capítulo é feita uma breve retrospectiva das conquistas alcançadas para os animais em Florianópolis e em que contexto um órgão como a DIBEA foi concebido. Além disso, são trazidos dados das atividades desenvolvidas pela DIBEA desde o ano de 2005.

Será usado o método dedutivo, o método de procedimento será o monográfico e a técnica de pesquisa empregada será a bibliográfica e documental.

Esperamos que este trabalho sirva para fomentar o debate sobre um tema ainda pouco explorado e que acreditamos que deve ser tratada como questão moral, política e jurídica.

1 O QUE É ÉTICA

O homem estabeleceu um domínio tirânico sobre as espécies vivas, fundamentando-o na presumida ordem divina. Essa mesma ordem, a bem da verdade, já determinou ao longo da história a escravização das mulheres, dos estrangeiros vencidos nas guerras e invasões, dos africanos, o extermínio dos índios no continente americano. Em seu nome, determina-se, em nossos dias, a escravização e o genocídio dos animais, vulneráveis ao poder das armas, às armadilhas e ardis dos homens, sedentos de apropriar-se de toda forma de vida que lhe possa render algum benefício. Não é nessa tradição que podemos encontrar pressupostos éticos justos e civilizatórios.

Sônia T. Felipe, 2008

Neste capítulo será apresentado um breve histórico do surgimento da ética¹ (direito moral) animal, além de uma explanação sobre a argumentação filosófica difundida por Peter Singer para consideração moral dos animais não humanos e consequências jurídicas decorrentes de uma eventual superação do paradigma antropocêntrico.

1.1 Breve histórico da Ética animal

Qualquer ser humano, ao menos em algum momento da vida, deveria refletir sobre suas atitudes e escolhas morais, assim como as atitudes e escolhas alheias. Quando uma pessoa, em vez de se limitar à repetição irrefletida das razões que lhe foram transmitidas, pergunta se sabe realmente por que razão fez tais afirmações, ela está manifestando a necessidade de avaliar criticamente às suas crenças morais. Esta avaliação crítica das crenças morais faz-se, em geral, a partir de questões práticas. Assim, quando se procede a uma reflexão séria, clara, informada e sistemática acerca de questões como o aborto, a fome ou os interesses de todas as demais espécies dotadas de sistema nervoso central, é de ética prática que se trata. Esta reflexão conduz a discussões de nível mais elevado² e pode ter consequências concretas.

¹ Neste trabalho, os termos ética e moral serão usados como sinônimos

² VAZ, Faustino. **Ética Prática**. 2007. Disponível em: <<https://criticanarede.com/eticapratica.html>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

Estabelecer qual deve ser a consideração moral com os animais não humanos é algo que vem sendo debatido, ainda que pontualmente, desde a Antiguidade, mas é somente em tempos recentes que a relação entre humanos e não humanos passou a receber tratamento mais sistemático por parte dos filósofos. A expressão “direito dos animais” não diz respeito somente aos direitos legais, aqueles que estão registrados nos ordenamentos jurídicos, mas essencialmente aos direitos morais, que teríamos o dever de respeitar por uma questão ética e não simplesmente de respeito à lei. Ou seja, a ideia de que os animais não humanos fazem parte da comunidade moral e merecem ter seus interesses respeitados é mais ampla do que a mera coibição estatal de maus-tratos. Acreditamos que incluir os seres sencientes em nossa esfera moral poderia acarretar benefícios também na esfera jurídica, e ainda que não fosse assim, já que Direito e Moral não necessariamente andam juntos, os direitos morais independem de positivação para que mereçam ser respeitados:

Direitos morais são aqui apresentados como conceito similar aos preceitos jusnaturalistas da Teoria Geral do Direito, na possibilidade da existência de direitos naturais inerentes à natureza de um ser, como o direito à vida e o de não sofrimento; direitos estes estando no âmbito da ética, não necessariamente positivado em algum ordenamento jurídico. Em termos de direitos humanos, temos juridicamente uma passividade quanto a essa possibilidade. Tratando-se do direito natural ou jusnaturalismo, em contraposição ao direito positivista, tem-se uma forma legitimada de direito que não depende de alguma norma positiva para legitimá-lo, sendo evidente, imediato e autônomo. Alguns os chamam de direito primordial.³

É elementar a importância de se compreender os princípios e valores que configuram uma determinada sociedade, em determinado momento, para o entendimento da teoria ética adotada e deixada como herança para teorias morais posteriores, já que, ao longo da história, a decisão sobre quais as características moralmente relevantes contribui para a adoção de uma determinada postura ética.⁴ Entender, a partir da história e da cultura como outras espécies foram

3 MENEZES FILHO, Arnaldo de Souza. **A construção de políticas públicas de proteção animal no Brasil: uma análise sobre os direitos dos animais sob o ponto de vista ético, jurídico e social**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.p. 22

4 *Ibidem*, 2015.

tratadas, talvez faça com que os humanos percebam que excluir os não humanos de sua esfera de consideração moral não é algo “natural, e que a abordagem especista pode e deve ser repensada.

Um grande nome dos direitos animais, o psicólogo britânico Richard Ryder foi quem cunhou o termo *especismo*, que serve para designar a *discriminação praticada contra animais não humanos em nome de sua configuração anatômica, fisiológica, emocional e mental, cujos traços e design não coincidem com as características presentes na configuração dos indivíduos da espécie humana*⁵.

Especismo significa ofender os outros porque eles são membros de outra espécie. Em 1970 eu inventei a palavra em parte para desenhar um paralelo com o racismo e sexismo. Todas essas formas de discriminação, baseadas como elas na aparência física, são irracionais. Elas dissimulam a grande similaridade entre todas as raças, sexos e espécies.

O especismo é um comportamento que favorece os interesses dos membros de uma ou de algumas espécies em detrimento das demais, e assim como o racismo ou machismo, precisa ser entendido, denunciado e superado. Todavia, na opressão baseada na espécie há um fator que dificulta ainda mais sua extinção: os oprimidos não podem eles mesmos expressar as injustiças que sofrem ou legislar pelos seus interesses.⁶

A literatura identifica dois tipos de especismo: o especismo elitista e o especismo seletista. No especismo elitista há a crença que o homem é melhor que todas as outras espécies não-humanas e que por isso os demais seres estão aqui para servi-lo.⁷ Quanto ao especismo seletista, conforme afirma Gary Francione, a nossa sociedade age com “esquizofrenia moral”, pois ao mesmo tempo que alguns animais domésticos são tratados quase como “filhos”, havendo para com eles consideração e afeto, a família pode se reunir para comer um

5 FELIPE, Sônia. **Especismo: conceito e história**. 2013. 1 p. Artigo (Estudos Feministas)- Labrys, [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/antispecisme/sonia.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

6 RIBEIRO, Jorge Manuel Pereira. **Um novo estatuto para os animais? Desafios à sistematicidade da ciência jurídica**. 2018. 60 p. Dissertação (Mestrado EM CIÊNCIAS JURÍDICAS – POLÍTICAS)- Universidade do Porto, Porto, 2018.

7 GORDILHO, Heron José Santana. **Abolicionismo animal**. Salvador: Evolução, 2008,

churrasco com carne obtida através do sofrimento e morte de um porco, vaca ou galinha.

Podemos dizer que a filosofia grega deu origem, ao menos no pensamento ocidental, da ideologia especista, por conceber que os animais não humanos eram seres destituídos de uma dimensão espiritual.⁸ A atenção filosófica para com os animais iniciou-se com os pré-socráticos. Pitágoras, já no século VI a.C rejeitava todo e qualquer uso de animais para alimentação ou sacrifício religioso, ele acreditava na reencarnação e argumentava que ao matar um animal poderíamos estar matando um de nossos ancestrais.⁹ Infelizmente, as ideias de respeito e compaixão pelos animais defendidas por Pitágoras não tiveram influência suficiente para evitar a ruptura entre humanos e não humanos no campo ético.

Segundo Gordilho, Aristóteles, no século VI a.C, este sim, vai ser o responsável por criar o sistema ético que vai prevalecer até os nossos dias: “a grande cadeia dos seres” que concebe o universo como um ente imutável e organizado em forma hierarquizado, onde cada grupo ocupa um lugar apropriado, necessário e permanente. Esse teoria, por separar excessivamente o corpo da alma e conceber o homem como a única espécie dotada de uma dimensão espiritual, vai fundamentar a ideologia especista, negando a possibilidade de reconhecimento da dignidade animal.¹⁰

A grande distinção, para Aristóteles, seria a falta de razão aos animais. Já que só os homens são racionais, isso os distingue dos demais seres. Essa diferença terá um resultado ético: seria natural para o homem domesticar os animais, assim como é natural para a alma domesticar o corpo. Essa visão

8 GORDILHO, 2008

9 *Ibidem*, p.20

10 *Ibidem*

hierárquica da natureza concebe que cada criatura deve servir ao que lhe é superior, assim, os animais seriam destinados ao benefício do homem.¹¹

A tradição cristã, fortemente influenciada pela filosofia aristotélica, negando a razão aos animais, deixou-os de fora de sua comunidade moral. Gordilho afirma que “com exceção de pensadores como São Francisco de Assis, a Igreja sempre olhou para os animais com indiferença”¹².

A Igreja Católica não admite que os animais tenham direitos morais e assim, não considera que os seres humanos tenham quaisquer deveres em relação a eles. O dever de compaixão se fundamenta na obrigação humana de desenvolver sentimentos morais positivos necessários à caridade para com seus semelhantes. Os não semelhantes não possuem direitos morais nem são dignos de amizade.¹³

Com a modernidade o antropocentrismo renasce. A Igreja vê sua autoridade enfraquecendo nas questões estatais e científicas e o humanismo grego retorna para dar origem a novas correntes filosóficas. Com o surgimento dos denominados filósofos modernos, é a ciência que vai estabelecer fundamentos do novo humanismo. O paradigma científico promoveu a separação entre o homem e a natureza.

Com René Descartes, a rejeição dos animais do universo moral ocorrerá de forma ainda mais forte do que ocorreu na Grécia Antiga, uma vez que suas ideias, por terem sido tomadas como verdades científicas, foram tidas como corretas por um longo período de tempo. Descartes levou ao extremo as ideias antropocêntricas, ao afirmar que “os animais são destituídos de qualquer dimensão espiritual, e embora dotados de visão, audição e tato, são insensíveis a dor, incapazes de pensamento e consciência de si”.¹⁴

A ideia difundida pelo cartesianismo era que os animais são verdadeiras máquinas, e embora o corpo humano também seja um autômato, diferenciava-se

11 MENEZES FILHO, 2015

12 GORDILHO, 2008, p. 22.

13 FELIPE, Sônia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: 2. ed. rev. - Editora da UFSC, 2014, p.207

14 GORDILHO, 2008, p. 24

dos animais pela presença da mente, e portanto, seria possuidor de uma alma separada.¹⁵ Uma das provas mais contundentes da ausência de espiritualidade nos animais, para Descartes, seria a falta de linguagem.

As teses de Descartes, mesmo após três séculos e meio, no decorrer dos quais as ciências da mente tiveram seu florescimento e se afastaram, em muitos casos, das teses mecanicistas defendidas por ele, influenciam, até hoje, o mundo da ciência experimental. [...] A linguagem e o pensamento, para Descartes, são duas habilidades fundamentais para que um ser sensível possa ter experiência consciente da dor e, conseqüentemente, possa sofrer. Os experimentos dolorosos feitos em animais têm em Descartes seu patrono.¹⁶

Kant vai introduzir o argumento da crueldade, ao afirmar que o maltrato com os animais nos levaria a maltratar os seres humanos. Segundo Kant "nossas obrigações com os animais são apenas obrigações indiretas, isto é, direcionadas à humanidade"¹⁷. Diferente dos homens, os animais não seriam um fim em si mesmo e isto justificava sua utilização pelos humanos.

A visão especista teve, por outro lado, em vários momentos da História, vozes dissidentes, que defendiam a dignidade dos animais não-humano e eram contra o seu uso pelos homens. Acontece que o que prevaleceu nessa discussão até o século XX foi a separação entre o homem e os animais não humanos, sob argumentos diversos, fortemente influenciada pela necessidade dos humanos de identificarem em sua própria natureza características que justificassem sua dominação sobre os outros animais.

Porém, se quisermos uma rápida revisão da moral tradicional, pouco importaria a razão, linguagem, consciência, alma ou qualquer outro parâmetro arbitrário para a inclusão de um ser na comunidade moral. Com já disse Bentham, o que realmente importa para acabar com a indiferença e negligência é saber se sentem dor e sofrem.¹⁸

15 MENEZES FILHO, 2015, p. 35

16 FELIPE, 2014, p. 37

17 KANT, 1996, p. 23 citado por Menezes Filho, 2015, p. 37

18 FELIPE, Sônia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: 2. ed. rev. - Editora da UFSC, 2014, p. 29

Sônia Felipe argumenta que podem ser identificadas três estratégias de argumentação quanto ao *estatuto moral dos animais*: A conservadora, a abolicionista e a bem-estaristas.

A abordagem conservadora não reconhece que os humanos tenham quaisquer deveres, sejam positivos ou negativos, para com os outros animais. Eles seguem a tradição moral sem questionamentos, assim como se negam a fazer alguma mudança na concepção do lugar dos animais no âmbito da moralidade humana. Essa linha de pensamento está fortemente enraizada no antropocentrismo-especista. Podemos citar alguns nomes de pensadores alinhados essa perspectiva: Jan Narveson, Alan White, Carl Cohen e G. Frey.¹⁹

A abordagem abolicionista, por sua vez e antagonicamente aos conservadores, sugere o fim de todas as formas de exploração animal. Seus defensores criticam a moral tradicional por discriminar animais de outras espécies e reconhecem que temos não apenas direitos negativos, mas também os positivos, de beneficência para com os seres sencientes. Bernard Rollin, Richard Ryder, Robert Wright, James Rachels, Steven Zak, Tom Regan e Peter Singer defendem essa posição.²⁰

A terceira corrente é a dos bem-estaristas, que propõe a eliminação, quando não puderem ser moralmente justificadas, de todas as práticas, costumes e hábitos que causem dor ou sofrimento aos animais, ou seja, essa abordagem, ainda que em caráter excepcional, defende que os animais podem ser usados pelo homem quando não houver, comprovadamente, outro meio que atenda uma demanda urgente. Os bem-estaristas acreditam que pode haver um intercâmbio justo e saudável entre humanos e não humanos, desde que a integridade física,

19 FELIPE, 2014

20 *Ibidem*

psíquica e ambiental dos animais esteja preservada.²¹ Mary Midgley e Bernard Rollin podem ser citados como bem-estaristas.

1.2 Animais não humanos como questão moral para Peter Singer

O filósofo australiano Peter Albert David Singer atua na área de ética prática na Universidade de Princeton e tem sido uma das maiores influências para os movimentos de bem-estar animal. Embora não seja o primeiro autor a falar sobre inclusão de animais não humanos em nossa consideração moral, foi o primeiro que conseguiu alcançar o grande público através da obra *“Animal Liberation”*.

Oliveira afirma que:

Para Singer, a ética é entendida como uma reflexão que transcende o individualismo e, portanto, a ação ética contempla algo além do próprio indivíduo que age, uma vez que, em muitos casos, o que está em jogo são os outros e a condição de existência do outro. A ética (e pode-se dizer, também, a política), contempla, portanto, a construção do bem comum, uma vez que as ações do agente terão, em algum nível, interferência no mundo e nos outros sujeitos. Ainda que um indivíduo busque, por exemplo, o autocuidado com aquilo que constitui seus desejos, interesses e vontades, esse cuidado não pode, do ponto de vista da ética, ser alcançado violando ou impedindo que outros indivíduos tenham seus desejos e interesses preservados.²²

Singer se filia a corrente denominada utilitarista, que, apesar das diferenças teóricas durante seu desenvolvimento, mantém em comum a exigência que o agente moral reflita sobre os interesses e as preferências dos demais envolvidos, principalmente daqueles que serão afetados por essas escolhas e ações, tal corrente enfatiza a proteção dos interesses de todos os envolvidos nas escolhas de ações, conferindo um valor significativo para a capacidade de experimentar dor, prazer e a felicidade como critério fundamental a ser levado em conta.²³

O único princípio da igualdade que eu sustento é o princípio de que os interesses de todos os seres afetados por uma ação devem ser levados

21 FELIPE, 2014

22 OLIVEIRA, Wesley Felipe de. **O princípio da igual consideração das capacidades**. 2017. 332 p. Tese (Doutorado em Filosofia)- UFSC, Florianópolis, 2017

23 OLIVEIRA, 2017.

em conta e oferecido o mesmo peso como os interesses de qualquer outro ser.²⁴

O princípio básico da igualdade, para Singer, não quer dizer que o tratamento dado a grupos diferentes seja igual ou idêntico, mas sim que a *consideração seja igual*, de modo que a igual consideração por seres diferentes possa levar a tratamentos e direitos diversos. Dessa maneira, a defesa da igualdade não depende de inteligência, capacidade moral, força física ou outros fatos semelhantes. A igualdade é uma ideia moral, não a afirmação de um fato. Não há porquê, do ponto de vista lógico, considerarmos que uma diferença factual de capacidade entre dois indivíduos justifique diferença na consideração que damos as suas necessidades e interesses, uma vez que o princípio da igualdade dos seres humanos é a *prescrição* de como se deve tratar os seres humanos, e não a descrição de uma igualdade de fato existente entre esse todos os indivíduos desse grupo.²⁵

O princípio da igual consideração de interesses proíbe que a nossa disposição em considerar os interesses dos outros dependa das aptidões ou outras características destes, excetuando-se a característica de ter interesses.²⁶

Oliveira esclarece que “na perspectiva de Singer, o que importa de maneira mais fundamental, portanto, é a consideração *pelo interesse* e preferência, e *não por quem os possui*”. Se um ser sofre, não pode haver qualquer justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser, o princípio da igualdade requer que seu sofrimento seja considerado em pé de igualdade com sofrimentos semelhantes – na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser.²⁷ “Caso um ser não seja capaz de sofrer, de sentir prazer ou felicidade, nada há a ser levado em conta.”²⁸

24 SINGER, 1980, p. 328 citado por OLIVEIRA, 2017, p.225

25 SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 06.

26 SINGER, 2011, p.21 citado por OLIVEIRA, 2017, p.235.

27 OLIVEIRA, 2017, p. 233.

28 SINGER.2004, p.10.

Em “*Libertação Animal*”, são trazidos exemplos de experimentos e do agronegócio, demonstrando quão cruéis, absurdas e desnecessárias são as formas que tratamos os animais, o autor questiona como um homem médio pode aceitar esse tipo de comportamento ou como estudantes não percebem as injustiças e atrocidades cometidas nos próprios laboratórios onde estudam, ao que pontua:

A resposta para estas perguntas está na aceitação, sem questionamento, do especismo. Toleramos crueldades infligidas em membros de outras espécies que nos indignariam, se realizadas em membros da nossa própria espécie. O especismo permite que pesquisadores considerem os animais que sujeitam a experimentos como itens de equipamento, instrumentos de laboratório e não criaturas vivas, que sofrem²⁹.

Singer diz ainda que “quando retiramos os animais não humanos da esfera de consideração moral e os tratamos como coisas que utilizamos para satisfazer nossos desejos, o resultado é previsível”.³⁰ Por isso consideramos uma importante observação do autor que diz respeito a importância da expansão dos horizontes morais para que haja um movimento de libertação aos animais não humanos:

Um movimento de libertação exige a expansão de nossos horizontes morais. Práticas anteriormente consideradas naturais e inevitáveis passam a ser vistas como resultado de um preconceito injustificável. [...] Se pudermos realizar essa mudança mental, à qual não estamos acostumados, poderemos descobrir um padrão em nossas atitudes e práticas, que opera de modo a beneficiar consistentemente o mesmo grupo – em geral o grupo ao qual pertencemos – às expensas de outro. Passaríamos, então, a perceber que há argumentos que justificam um novo movimento de libertação.³¹

Os argumentos de Singer nos fazem reconhecer dois pontos que consideramos extremamente relevantes para uma mudança de postura ética para com os animais não humanos: 1) precisamos desconstruir a ideia que os outros seres existem somente para o benefício humano, que temos direitos sobre eles e

29 SINGER, 2004, p. 77.

30 *Ibidem*, p. 110.

31 *Ibidem*, p.xx

2) lembrar que animais não humanos são seres com interesses que não podem ser desconsiderados pelas nossas atitudes egoístas.³²

1.3 Direitos morais dos animais não humanos e consequências jurídicas

Ao admitir que os animais não humanos devem ter seus interesses respeitados e incluí-los em nossa comunidade moral, através da igual consideração de interesses, podemos supor que mudanças jurídicas poderão ocorrer, uma vez que o paradigma filosófico antropocentrista – aceito pela majoritária doutrina jurídica - já não seria capaz de justificar a falta de equiparação legal entre os seres vivos.

No paradigma jurídico tradicional os animais – embora ‘seres vivos dotados de sensibilidade e movimento próprio’ – não são considerados por sua natureza intrínseca, mas em função de um interesse humano subjacente. O direito positivo brasileiro, inspirado na doutrina romana clássica, trata os animais – em regra - sob a ótica privatista, o que se pode perceber facilmente pelas expressões “coisas”, “semoventes”, “propriedade”, “recursos” ou “bens”, terminologia essa que nada mais é do que uma confissão espontânea de nossa brutalidade e egoísmo.³³

O direito e a moral nem sempre estão juntos, por isso há o descolamento dos aspectos morais de uma lei ante a determinados dogmas científicos e/ou culturais. Aceitar que em nome da ciência ou da cultura sejam positivadas leis que admitem práticas cruéis com seres sencientes, como é o caso da Lei nº 11.794 ou da instrução normativa nº 3, de janeiro de 2000 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é a reafirmação da tirania antropocêntrica.

Nosso modelo jurídico é contratualista e exclui os animais não humanos da esfera da consideração moral e jurídica, pois tem como base a racionalidade, colocando a razão como fundamento para o tratamento diferenciado entre humanos e não humanos e motivo pelo qual os não humanos são tratados como "coisa". Para Felipe "O valor moral, na perspectiva antropocêntrica, não ultrapassa o limite da racionalidade. Tudo mais tem valor instrumental para os interesses dos

32 BRÜGGER, Paula. **Amigo Animal**: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004

33 LEVAL, Laerte Fernando. **Os animais sob a visão da ética**. 2010. Disponível em: < http://www.mp.go.gov.br/portaIweb/hp/9/docs/os__animais__sob__a__visao__da__etica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

seres dotados de razão".³⁴ Entendemos, no entanto, que uma mudança de critério para que uma espécie seja contemplada em nossa esfera moral poderia acarretar numa reformulação no campo jurídico. No caso de a senciência tomar o lugar da razão, o direito positivo teria que repensar a forma como vem tratando os animais não humanos.

Nas palavras da professora Sônia Felipe:

Ao estabelecer normas para coibir ações capazes de destruir a integridade ambiental, social e emocional dos membros da comunidade, as constituições democráticas determinam a *igualdade*, a *liberdade*, a *dignidade* e a *autonomia* como princípios éticos, políticos e jurídicos universais. Diferenças biológicas, étnicas, religiosas, filosóficas, estéticas ou de outra natureza não podem, de acordo com o que ditam as constituições democráticas, servir de critério para excluir da justiça na distribuição de bens, membros de formam, juntamente com os cidadãos, a comunidade maior dos interesses ligados à preservação da vida. Assim, a todos os seres que agregam algum valor em sua existência, ainda que sejam tidos como meras *coisas vivas*, assim considerados os animais e os elementos físicos da natureza, não-sujeitos-de-direito, reserva-se um âmbito na Constituição, o da tutela jurídica, para resguardar seu valor, entendendo-se sua destruição como acarretadora de danos ao sujeito tutor.³⁵

O movimento pelo direito dos animais busca a expansão do rol dos sujeitos de direito para além dos seres humanos. O que a princípio pode ser algo impensável para os juristas mais conservadores, porém, se analisado historicamente, perceberemos que nem sempre todos os humanos foram considerados pessoas e nem todas as pessoas foram consideradas seres humanos³⁶, é só voltarmos ao Direito Romano ou ao Brasil antes da Lei Áurea.

Entendemos que o Direito deve se moldar as chamadas da sociedade, por isso a importância do despertar ético dos humanos para com os não humanos. Assim que as pessoas passarem a não mais aceitar as crueldades cometidas com

34 FELIPE, Sônia. Ética biocêntrica: tentativa de superação do antropocentrismo e do sencientismo éticos. **Etich@**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 1, dez. 2008.

35 FELIPE, Sônia. **Liberdade e autonomia prática. Fundamentação ética da proteção constitucional dos animais**. In: In: MOLINARO, C. A.; MEDEIROS, F. L. F.; SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. (Org.). A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos. Uma discussão necessária. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p.56

36 *Ibidem*, p. 112

as outras espécies, o Direito será um instrumento para promoção de justiça. Nas palavras de Menezes Filho “Se a moral está acima do Direito, faz-se necessário expandir a noção do justo para além das fronteiras de nossa espécie.”³⁷

37 MENEZES FILHO, 2015. p. 72

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

[...] que a legislação humana deva incluir robustos compromissos políticos positivos para com a proteção dos animais, mesmo se, não tivessem os humanos interferido de modo tão disseminado nas formas de vida dos animais, a conduta mais respeitosa poderia ter sido simplesmente deixá-los em paz, vivendo as vidas que eles constroem para si próprios.

Martha Nussbaum, 2008

Como a questão central da monografia é avaliar se a ética pode contribuir na construção de políticas públicas para os animais, necessário, portanto, antes de entrar no estudo de caso propriamente, definir o que são políticas públicas, além de investigar qual a responsabilidade pública com relação aos animais e como o Brasil tem lidado com o tema.

2.1 Conceito de Políticas Públicas

Encontrar o conceito de Políticas Públicas não é uma tarefa simples, há divergências inclusive entre os estudiosos do tema. Alvaro Chrispino por exemplo, autor do livro “Introdução ao Estudo das Políticas Públicas” ao explicar o conceito de “políticas públicas” afirma que a expressão é tão ampla que se poderia fazer um debate só a partir dos diversos sentidos e entendimentos não explicitados nela, de maneira que:

Se entendermos que o grau de complexidades e as inúmeras variáveis que se combinam, no espaço nucleador das políticas públicas, tornam extremamente difícil sua definição pelos canais da delimitação de seu campo de ação e delimitação de atributos, podemos optar pela construção do conceito possível estudando as partes que compõem a expressão: política e pública. Como política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais. Como pública, vamos entender aquilo que pertence a um povo,

algo relativo às coletividades. Logo, poderemos reduzir que **política pública** — em um metaconceito — seria a **ação intencional de governo que vise atender à necessidade da coletividade**.³⁸ (grifo nosso)

Já para a jurista e professora da área, Maria Paula Bucci, as políticas públicas tornaram-se uma categoria de interesse para o direito há menos de quarenta anos, havendo pouco acúmulo teórico sobre sua conceituação. A autora afirma ainda que há uma situação de incerteza de tal categoria entre os diversos ramos do direito e o regime jurídico a que estão submetidas sua criação e implementação, pois trata-se de um tema complexo, tanto por não ser ontologicamente jurídico quanto pela questão de o instrumental jurídico de análise, centrado na norma e no ordenamento, não ser o mais adequado para captar o caráter eminentemente dinâmico e funcional das políticas públicas.³⁹

Nesse sentido, nos parece que o autor que traz a definição de forma mais completa e didática é Leonardo Secchi, autor do livro *“Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.”* Inicialmente, o professor traz os termos em inglês *Politics* e *Policy* para que não haja confusão entre as conotações possíveis do termo *política* nos países de língua latina.

Para definir o sentido de *politics*, Secchi recorre a concepção de Bobbio, afirmando que política nesse sentido é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Bobbio define da seguinte maneira:

O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade que é o resultado de um processo que se desenvolve em toda a sociedade organizada, no sentido da monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física. Este processo de monopolização acompanha *pari passu* o processo de incriminação e punição de todos os atos de violência que

38 CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao Estudo das Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 19

39 BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas e Direito Administrativo. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, p. 89-98, jan. 1997.

não sejam executados por pessoas autorizadas pelos detentores e beneficiários de tal monopólio.⁴⁰

Dessa maneira, *politics* seria o termo usado no imaginário popular dos falantes de língua portuguesa para fazer alusão à atividade e competição política. Enquanto a segunda acepção de política, aquele designado *policy* na língua inglesa, trataria da dimensão mais concreta do que entendemos por política, aquela que tem relação com orientações para decisão e ação, onde se encontra o conteúdo concreto e simbólico das decisões políticas, assim como o processo de construção e atuação dessas decisões, de forma que é a esse sentido que está vinculado o termo “políticas públicas”⁴¹.

Como já dito anteriormente, para elaboração do conceito de políticas públicas não há consenso, mas pode-se discutir alguns pontos na tentativa de responder aos seguintes questionamentos e elaborar um conceito: a) os atores estatais tem exclusividade na elaboração de políticas públicas? b) a inércia pode ser considerada como fazer política? E c) apenas diretrizes de nível estratégico são políticas públicas?⁴²

Para estabelecer a escolha teórica adotada nesse trabalho, começaremos a explanar sobre a resposta ao questionamento sobre se o Estado teria exclusividade na elaboração de políticas públicas, para isso são apresentadas duas abordagens possíveis: 1) abordagem estatista ou estadocêntrica e 2) abordagem multicêntrica ou policêntrica.

A abordagem estadocêntrica considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo essa concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do ator protagonista. Essa abordagem até admite que atores não estatais têm influência

40 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**; trad. Carmen C, Varriale et al.- 11ª ed. v. 2. Brasília: Editora da UnB, 1998. p.956

41 SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos – 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2013

42 *Ibidem*

no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não que eles possam estabelecer e liderar um processo de política pública.⁴³

Já a abordagem multicêntrica considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e atores estatais protagonistas no estabelecimento de políticas públicas, sendo essa abordagem a que nos parece mais adequada e completa para entendimento do conceito pelos seguintes motivos⁴⁴:

[...] adota um enfoque mais interpretativo e, por consequência, menos positivista, do que seja uma política pública. A interpretação do que seja um problema público e do que seja a intenção de enfrentar um problema público aflora nos atores políticos envolvidos com o tema [...] evita uma pré-análise de personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo públicas [...] permite um aproveitamento do instrumental analítico e conceitual da área de política pública para um amplo espectro de fenômenos político-administrativos de natureza não estatal [...] a distinção entre esfera pública e privada faz mais sentido do que a distinção entre esfera estatal e não estatal [...] uma pluralidade de atores protagoniza o enfrentamento dos problemas públicos[...] Se por um lado o estado tem exclusividade em criar instrumentos legais e usar instrumentos punitivos sobre aqueles que não cumprem a lei, por outro lado os atores societários têm acesso a outros instrumentos de política pública (informação, companhias, prêmios, incentivos positivos, prestação de serviços etc.). Em outras palavras, coerção é um mecanismo de política pública, não o único.⁴⁵

Seguindo na resolução das questões propostas, insta decidir se a omissão e a negligência fazem parte do que se pode entender por política pública. Conforme Secchi, ainda que competentes autores defendam essa posição, não parece que seja a melhor resposta. Se considerarmos política como diretriz, seria complicado aceitar a omissão como forma de política pública, sendo mais provável que situações de imobilismo e negligência governamental sejam apenas falta de inserção do problema na agenda formal.⁴⁶

43 SECCHI, 2013

44 Ainda que a presente pesquisa trate da análise de uma instituição que é uma política pública estatal, a abordagem proposta nos parece ser a que mais se adequa a realidade.

45 *Ibidem*, 2013, p. 4

46 *Ibidem*

Por fim, a questão que considera apenas macrodiretrizes estratégicas como políticas públicas, corrente a qual não nos filiamos, pois conforme esclarece Secchi, a política pública estruturante pode ser composta por mais políticas públicas, sendo a metáfora de uma árvore bastante adequada para entendimento do conceito: a árvore seria a macropolítica, a raiz, o tronco e os galhos seriam as políticas de nível intermediário e folhas e frutos as políticas operacionais.⁴⁷

Ocorre que, “independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público”⁴⁸. Sjöblom esclarece que “problema” é “a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa de alcance de uma situação melhor.”⁴⁹

Para um problema ser considerado “público”, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, Um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade).⁵⁰

Dessa maneira, podemos afirmar que política pública pode ser então uma ação, elaborada por atores estatais ou não, composta por políticas operacionais e intermediárias que formam a macropolítica, como tentativa de enfrentamento a um problema relevante para a coletividade humana.

2.2 Responsabilidade pública em relação aos animais não humanos

Não se encontra, nas constituições anteriores à Carta Magna de 1988, qualquer intenção de proteção jurídica aos animais não humanos. Até a promulgação da CF/88 não havia constitucionalmente nenhuma intenção de proteção ambiental, muito menos aos animais individualmente considerados. Segundo Medeiros:

47 SECCHI, 2013

48 *Ibidem*, p. 9

49 SJÖBLOM, 1984, citado por SECCHI, 2015, p.10

50 SECCHI, 2013, p. 10

A Carta Maior incumbiu ao poder público, de forma plena e clara no Art. 225, §1º, VII, a titularidade para a manutenção da vedação de crueldade contra os animais não humanos. Assim, como bem pontua Machado (2009), a referida constituição para além de asseverar o meio ambiente como bem ecologicamente equilibrado, determina que é dever do Poder Público proteger a fauna impedindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção das espécies. Urge ressaltar que desta forma, a imposição constitucional eleva os animais não humanos como beneficiários do sistema constitucional e, ao mesmo tempo, estabelece uma nova tarefa estatal e um novo dever fundamental, obrigando ao Poder Público e a coletividade a concretização da norma. De tal modo, cabe ao Estado impedir e reprimir toda e qualquer prática cruel aos seres sencientes.⁵¹

A CF/88 protege expressamente os animais. O seu art. 225, § 1º diz: Incumbe ao Poder Público:[...] VIII – proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, prorroguem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.⁵²

Como podemos perceber, no Brasil a tutela jurídica dos animais dá-se através do direito ambiental. Apesar do avanço jurídico-legislativo, a indicar que os animais devem ser considerados pelo seu valor inerente porque são seres sensíveis, falta ao direito brasileiro um princípio diferenciado capaz de orientar o jurista neste sentido.⁵³

No âmbito infraconstitucional, o Decreto n. 16.590/24 foi a primeira lei brasileira sobre a proteção animal, regulamentava as Casas de Diversões Públicas, proibindo corridas de touros, brigas de galos e canários, dentre outras providências.

Já o Decreto n. 24.645/34 deu novo status jurídico aos animais, estabeleceu medidas de proteção proibindo os maus-tratos, sob pena de multa e

51 MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ROLHANO, Paloma. O DIREITO DOS ANIMAIS E AS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA NO CONTROLE DE ZOONOSSES: UMA CRÍTICA AO TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE. **Revista de Biodireito e Direitos dos Animais**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 74-91, jan. 2012, p. 77

52 BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em 20 out. 2018

53 LEVAL, Laerte Fernando. Direito animal: uma questão de princípios. **Revista Diversitas (USP)**. 2016. n.5. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direito-animal-uma-quest%C3%A3o-de-princ%C3%ADpios>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

prisão. Os animais passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, sendo-lhes atribuída inclusive, representação em Juízo pelo Ministério Público e pelas sociedades protetoras de seus interesses.⁵⁴ Tal legislação foi revogada por ato normativo presidencial em de 18 de janeiro de 1991.

A Lei n. 9.605/98, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, em seu art. 32 traz a perspectiva de tratamento aos animais não humanos como objetos de consideração moral. Dois aspectos merecem destaque nesse artigo: ele acompanha a legislação de países onde o direito dos animais está mais avançado e está em conformidade com a CF/88, que não admite que os animais sejam submetidos a crueldade.⁵⁵

Consideramos de vital importância para o desenvolvimento de políticas públicas para os animais o ponto levantado por Gordilho, pois a responsabilidade estatal sobre o bem-estar dos animais está, ao menos formalmente, devidamente estabelecida no ordenamento pátrio.

A constituição de 1988, mais do que um status moral ou a posse de direitos morais (que no máximo ensejariam obrigações morais), concedeu aos animais direitos fundamentais básicos, impondo a todos os cidadãos e aos poderes públicos a obrigação de respeitá-los.⁵⁶

Ademais, um ponto a ser debatido sobre a responsabilidade humana em relação aos não humanos na legislação brasileira é o fato do conceito “crueldade” ser aberto, permitindo que criar animais em ambientes apertados e insalubres, vender, caçar e comer algumas espécies não seja enquadrado como cruel e consequentemente não haja proteção. De maneira que, mesmo formalmente, ainda falta muito para que todos os animais não humanos estejam protegidos, sendo imprescindível tanto um ajuste moral, para contemplar os seres senciente,

54 PONTES, Bianca Calçada. Lei nº 11.101/11: Análise das políticas públicas para animais domésticos e domesticados no município de Porto Alegre. **Revista de Direito Animal**, v. 11, n. 7, p. 234-265, jan. 2012.

55 GREY, Natália de Campos. Dever fundamental de proteção aos animais. Dissertação (Mestrado em Direito, PUCRS). Porto Alegre: Faculdade de Direito, 2010, p. 144. Citada por PONTES, 2012.

56 GORDILHO, 2008, p. 161

quanto um aprimoramento legislativo que estabeleça que a vida de todas as espécies importa.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 Histórico das ações em favor dos animais em Florianópolis – SC

No final dos anos 90⁵⁷, a atividade de utilização de “carrocinhas”⁵⁸ para recolher animais sem moradia fixa e que pudessem transmitir doenças, como política desempenhada pela prefeitura de Florianópolis, passou a ser motivo de divergência entre aqueles que defendiam tratamento menos insensíveis com os animais e aqueles que achavam que o higienismo e a ordem pública estavam acima dos interesses individuais dos outros seres. Muitas pessoas se sentiam incomodadas com a maneira que os animais eram recolhidos e posteriormente sacrificados, de tal feita que surgiu a proposta que, como medida de não proliferação, os animais, no lugar de serem mortos, fossem castrados.⁵⁹

A ACAPRA então, em 18/01/1999, ajuizou Ação Inominada (autos n. 023.99.002361-6) em face do Município de Florianópolis, almejando que este cessasse a atividade exterminadora de cães e gatos perpetrada pelos órgãos sanitários, argumentando que tal prática excedia todos os limites da impiedade e crueldade. A liminar foi concedida parcialmente e o município suspendeu o recolhimento e eutanásia dos animais. Em 22/02/1999, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em litisconsórcio com a ACAPRA, propôs uma Ação Civil Pública (autos n. 023.99.017218-2) para que os animais recolhidos não fossem mortos.⁶⁰

57 Corrêa afirma que tal situação se deu no começo dos anos 2000, mas como a Ação Civil Pública foi ajuizada em 1999 se optou por terminologia diferente.

58 Como é popularmente chamado o veículo utilizado pelos Centros de Controle de Zoonoses das prefeituras para recolher os animais das ruas.

59 CORRÊA, 2011, p.4

60 SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão nº 2001.002020-9. Capital, SC, 01 de novembro de 2001. **Jurisprudência Catarinense**. Florianópolis, 2001

A Lei Complementar nº 94/2001 foi a primeira lei municipal a dispor sobre o controle e proteção das populações animais em Florianópolis. O art. 6º criou o Fórum de Controle de Zoonoses e Bem Estar Animal, que tinha a atribuição de discutir e orientar a Secretaria Municipal de Saúde nas questões relativas ao controle de zoonoses e bem-estar animal.⁶¹

A pressão para que fosse criado um órgão para solucionar o problema de milhares de animais abandonados nas ruas do município, culminou na criação, em janeiro de 2005, da Coordenadoria do Bem-Estar Animal, que atuou até a formalização da DIBEA, em 2009. A COOBEA tinha as seguintes atribuições:

O objetivo da implantação deste órgão é promover a mudança de comportamento da sociedade para com os seus animais domésticos, buscando a médio e longo prazo soluções estruturais e definitivas para o problema dos animais errantes no meio urbano, que também é um grave problema de saúde pública. O poder público disponibiliza os meios e a sociedade faz a sua parte, pois a responsabilidade pelos animais é de todos. Sua filosofia é o tratamento ético e respeitoso aos seres que dividem conosco desde tempos imemoriais o mesmo céu e o mesmo planeta. Não contempla o extermínio como solução e nem o depósito de animais em canis. De Janeiro de 2005 a Fevereiro de 2009 a Coobea existiu e trabalhou como ramificação da Vigilância Sanitária, na informalidade. Em Fevereiro de 2009, a Coobea foi criada por lei e hoje existe no organograma da Secretaria de Saúde como Diretoria do Bem Estar Animal.⁶²

Em agosto de 2005, o então prefeito Dário Elias Berger sancionou a lei municipal complementar 183/2005, que proibiu a expedição de licenças e/ou alvarás, nos limites do município de Florianópolis, para funcionamento de espetáculos que utilizassem, sob qualquer forma, animais selvagens, domésticos, nativos ou exóticos.⁶³ Tal lei “pode ser considerada uma grande vitória pelos protetores dos direitos animais, visto que interfere em interesses econômicos da indústria do entretenimento, como os grandes circos.”⁶⁴

61 CASTRO, 2011

62 *Ibidem*, p. 108

63 FLORIANÓPOLIS (Município). Lei Complementar nº 183/2005, de 2005. Florianópolis, SC, 26 ago. 2005. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/bemestaranimal/index.php?cms=lei+do+circo>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

64 CASTRO, 2011, p. 109

Outra vitória para aqueles que se preocupam com os animais foi a Lei Ordinária n. 7486/2007, que proibia a vivissecção, assim como o uso de animais em práticas experimentais que provocassem sofrimento físico ou psicológico, ainda que com finalidades pedagógicas, industriais, comerciais ou de pesquisa científica⁶⁵. Tal legislação foi revogada pela Lei 612/2017, que aumentou o valor da multa pelo descumprimento dos dispositivos e acrescentou os seguintes parágrafos:

§ 3º São passíveis de punição as pessoas naturais, inclusive detentoras de função pública, civil ou militar, bem como toda instituição ou estabelecimento de ensino, organização social ou pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, de caráter público ou privado, que intentarem contra o que dispõe esta Lei Complementar, ou que se omitirem no dever legal de fazer cumprir os ditames desta forma.

§ 4º As instituições existentes no Município que praticam testes em animais devem entregar a totalidade dos animais utilizados em experimentos à diretoria do Centro de Zoonozes e/ou a diretoria de Bem-Estar Animal (DIBEA), vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde:[...] ⁶⁶

Algumas leis municipais que tratam da proteção e bem-estar animal e podem ser mencionadas:

- Lei nº 8474, de 16 de dezembro de 2010. Cria a semana municipal de proteção aos animal.
- Lei complementar nº 383/2010 dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação eletrônica, por meio de microchip, de todos os animais das espécies canina, felina, equina, muar, asinina, de tração ou não, dentro do município de Florianópolis.
- Lei nº 8720, de 19 de outubro de 2011 institui o atendimento aos animais doentes de propriedade de pessoas carentes.
- Lei complementar nº 489/2014, de 20 de março de 2014 dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção Animal do município

65 FLORIANÓPOLIS. Lei ordinária nº 7486/2007, de 2007. Florianópolis, SC, 11 dez. 2007

66 FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 612/2017, de 2017. Florianópolis, SC, 08 abr. 2017

- Lei complementar nº 521, de 10 de julho de 2015 dispõe sobre a redução gradativa da circulação de veículos de tração animal (lei da carroça)
- Lei complementar nº 593, de 07 de dezembro de 2016 proíbe a produção e a comercialização de *foie gras*
- Lei nº 10.422, de 26 de julho de 2018 dispõe sobre a proibição da prática de maus-tratos e crueldade contra animais (proíbe o uso de correntes/cadeados)
- Lei nº 10.441, de 09 de outubro de 2018 institui o programa farmapet no âmbito do município de Florianópolis

3.2 Função e estrutura da Diretoria de Bem-Estar Animal

Localizada junto ao Centro de Controle de Zoonoses, a Diretoria de Bem-Estar Animal é o órgão responsável pela execução das políticas públicas de proteção, defesa, saúde, bem-estar e controle populacional dos animais domésticos do Município de Florianópolis. São objetivos da DIBEA:

- ✓ A mudança conceitual por parte da sociedade e do poder público no que tange ao controle de zoonoses transmitidas por animais domésticos
- ✓ Inserir a sociedade como corresponsável nesta transformação positiva.⁶⁷

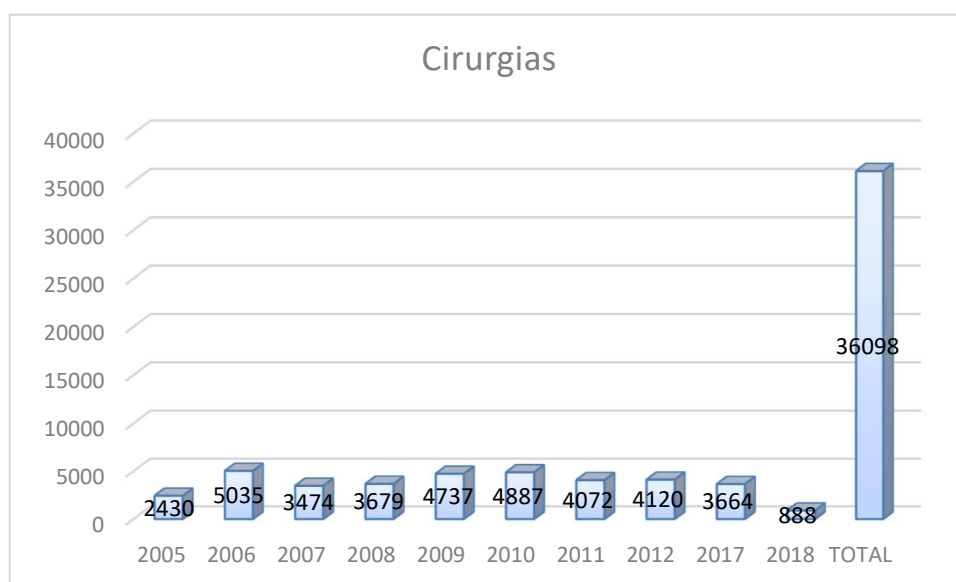
Segundo o documentário “A Questão Animal”, elaborado por Todd Southgate, a instituição surgiu como controle de saúde pública, como uma alternativa à exterminação de animais para controle de doenças na cidade, ou seja, nasceu como política pública para os animais de forma indireta. A instituição, além de diminuir em 20% a ocorrência de doenças transmitidas por animais, evitou

⁶⁷ Informações retiradas de material de divulgação da instituição

que muitos seres fossem sumariamente exterminados pelo simples fato de viverem na rua.⁶⁸⁶⁹

INSTRUMENTOS USADOS: O controle de zoonoses em Florianópolis agora é feito através do controle da natalidade dos animais domésticos, dispensando o extermínio. O controle populacional feito por procedimento cirúrgico deve ser preciso e contínuo para vencer a progressão geométrica com que se reproduzem cães e gatos, ex: 1 nascimento humano, 15 caninos e 30 felinos.

Gráfico 1: Número total de cirurgias realizadas por ano⁷⁰



Fonte: elaborado pela autora

Ainda que o foco da instituição sejam as castrações, do total de cirurgias realizadas no ano de 2017, 92% foram de castração, a DIBEA executa outros procedimentos cirúrgicos, tanto nos animais que estão recolhidos quanto nos

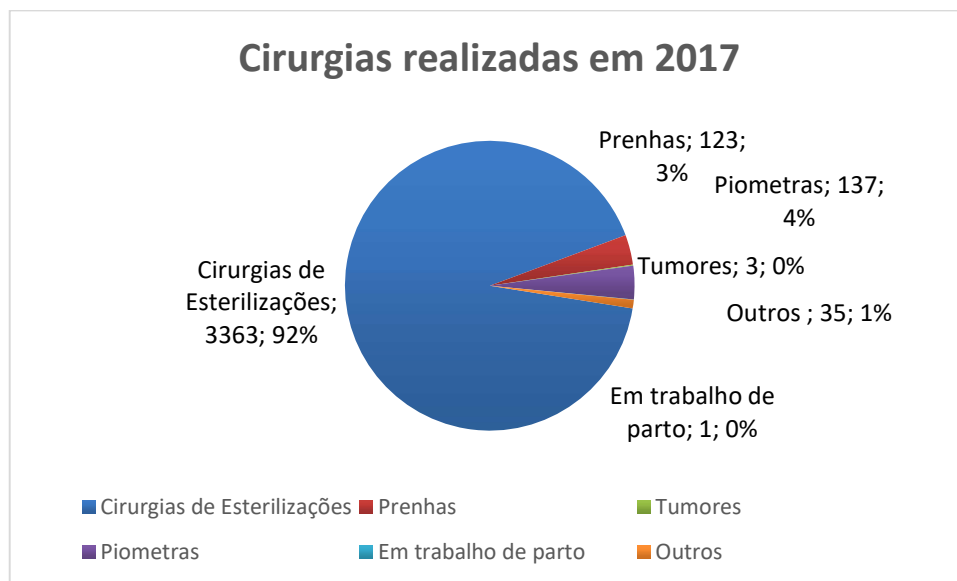
68 A QUESTÃO ANIMAL - a história do bem-estar animal. Direção de Todd Southgate. Florianópolis: Todd Southgate, 2012. (59 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=phhF6TH5YI>>. Acesso em: 01 out. 2018.

69 Antes da COOBEA/DIBEA, em momentos de crise os animais eram recolhidos nas ruas e ficavam por até 40 dias esperando, caso não fossem reivindicados, eram sacrificados. Essa prática ainda acontece em várias cidades do Brasil.

70 Os dados que serviram de base para elaboração dos gráficos foram fornecidos pelo gerente do bem-estar animal à autora. Trata-se da tabela usada para controle operacional na DIBEA, com os números de procedimentos realizados mensalmente, desde 2005.

animais trazidos pela população. Atualmente a fila de espera para a castração chega a cinco/seis meses, o que prejudica o controle populacional dos animais de rua. Uma das alternativas são as clínicas privadas que fazem preço social e que são indicadas pela DIBEA. Para o ano de 2019 está sendo pleiteado junto ao prefeito um aumento no número de castrações para evitar a demora e consequente ineficiência do programa.

Gráfico 2: Porcentagem por tipo de cirurgia realizada em 2017



Fonte: elaborado pela autora

Atualmente a equipe da DIBEA conta com dois médicos veterinários em consultório e quatro que fazem trabalhos internos, além de quatro estagiários de medicina veterinária, três auxiliares administrativo, três pessoas responsáveis pela limpeza e duas pelo transporte e manejo de animais. O órgão não conta com equipe jurídica, embora algumas vezes seja necessária certa atuação nesse sentido por conta das denúncias de maus tratos. A DIBEA conta ainda com o apoio aproximadamente quatrocentos voluntários.

Segundo Marcelo Dutra Cunha, gerente de Bem-Estar Animal, as denúncias de maus-tratos geralmente são feitas por vizinhos ou quem está perto da situação de sofrimento animal, é a forma como a informação chega até o órgão. Após as denúncias, os casos de são encaminhados para a vigilância sanitária,

que além de multar os responsáveis, pode, dependendo da gravidade do ocorrido, fazer encaminhamento para procedimento judicial. Até 2012 foram 300 casos de transação penal em razão de maus-tratos aos animais em Florianópolis⁷¹. Até novembro de 2018 foram atendidas 234 denúncias, mas o gerente do bem-estar animal esclarece que há demanda reprimida, uma vez que a instituição conta com apenas 2 funcionários para fazer triagem de Boletins de Ocorrência e avaliar os casos mais sérios para todo o município.

Gráfico 3: Número de denúncias de maus-tratos por ano⁷²



Fonte: elaborado pela autora

Além de ser um instrumento de proteção aos animais, é inegável a função de inclusão social que a DIBEA exerce através do acesso aos serviços de saúde animal a população de baixa renda da cidade. Todos os dias são atendidos de 10 a 12 animais, por ordem de chegada, além de serem feitos atendimentos domiciliares nas comunidades com difícil acesso e cujos tutores não teriam condições de transportar os animais. Já foram atendidas mais de 20 mil famílias.⁷³

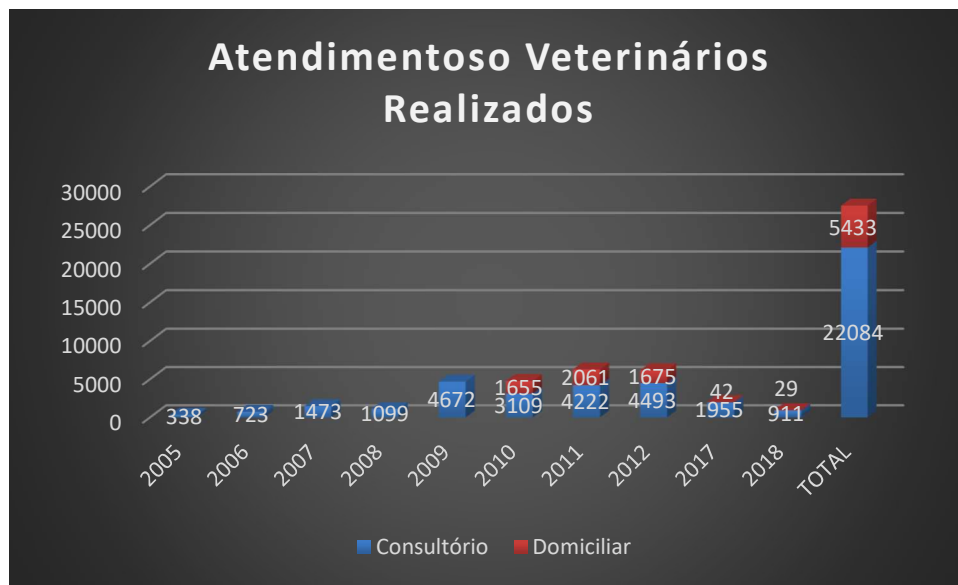
71 A QUESTÃO ANIMAL - a história do bem-estar animal.

72 Os dados referentes a gestão 2013-2016 não estão disponíveis nem mesmo para o controle interno da instituição, o que impossibilita uma análise completa.

73 *ibidem*

Para que o animal receba atendimento veterinário é necessário que o tutor seja morador de Florianópolis com renda até 2 salários-mínimos. A DIBEA também atende animais resgatados e tem parceria com as ONG's de proteção animal da cidade.

Gráfico 4: Número de atendimentos por ano



Fonte: elaborado pela autora

Os animais ficam na instituição até serem adotados ou morrerem naturalmente, diferente de outros locais onde muitas vezes os bichos que não têm responsáveis são exterminados. Há um limite de 140 animais que podem ser recolhidos nas instalações, entre cães e gatos, sendo que em média são doados 20 animais por mês. A DIBEA também atende casos de maus-tratos a cavalos, o que é um ponto complicado, pois não contam com um veterinário especialista em equinos na instituição.

Gráfico 5: número de animais doados por ano



Fonte: elaborado pela autora

Outro ponto muito importante do trabalho desenvolvido na DIBEA é o de conscientização das pessoas sobre a proteção e bem-estar animal. São realizadas palestras em escolas, universidades e eventos sobre adoção e responsabilidade, assim como a importância da castração. Tal prática é fundamental para o bom desenvolvimento dos trabalhos, já que a filosofia aplicada para que essa política pública dê resultados é a de coparticipação.

Sobre o orçamento, a verba vem para o Centro de Controle de Zoonoses e é repassada para a DIBEA. Como não há um programa federal para o bem-estar animal, todo o recurso utilizado vem da prefeitura ou do fundo municipal de saúde, os funcionários que atuam na DIBEA são vinculados à secretaria de saúde. Não foi possível obter nem mesmo uma estimativa de quanto é investido para atuação e manutenção, já que no Portal da Transparência do município não há informação

específica para a verba destinada ao Bem-Estar Animal, e em conversa com o gerente da instituição também não se obteve os valores.⁷⁴

Alguns pontos devem ser levantados. Ao iniciar essa pesquisa, buscamos informações online sobre a instituição, mas pouca coisa se pôde extrair da página oficial (<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/bemestaranimal>). Não há um organograma disponível, constam na equipe apenas os nomes da diretora e do gerente e nem mesmo há uma descrição clara sobre a função da DIBEA, sendo precárias as informações que a população em geral consegue obter por esse meio. A impressão que tivemos é que não há manutenção na página, infelizmente, já que este poderia ser mais um instrumento de conscientização e integração com a comunidade.

Sobre a falta de dados disponíveis entre os anos de 2013-2016 podemos questionar que talvez as prioridades mudem de um governo para o outro, fazendo com que certos setores sejam deixados de lado pela administração, o que enfraquece o caráter público dessa política e prejudica sua continuidade. Entendemos que para a consolidação de direitos não pode haver política de governo, mas sim política de Estado.

3.3 Discussão

A institucionalização da reivindicação e ação social em favor dos animais no Brasil não é recente, já em 1895 foi fundada, por Ignácio Wallace da Gama, a primeira instituição de proteção animal do país: a União Internacional Protetora dos Animais.⁷⁵

No Brasil, novos contextos relacionados a novas demandas éticas, culturais e políticas, desencadeiam as forças sociais de grupos que se

74 Foram feitas tentativas de obtenção de dados através de contato com o gabinete da vereadora Maria da Graça Dutra, ex-presidente da DIBEA e fundadora da instituição, assim como com o gabinete do Secretário Municipal de Saúde e a Escola de Saúde Pública, sem qualquer resposta.

75 MENEZES FILHO, 2015.

identificam na busca da consolidação de dimensões políticas integrativas aos objetivos referentes à causa animal, que se empenham a favor de modificações dos comportamentos culturais e interesses políticos.⁷⁶

Uma instituição como a DIBEA, que surgiu de uma mudança de postura ética frente ao contexto de recolhimento e extermínio de animais de rua em Florianópolis nos parece um bom exemplo do que Menezes afirma, já que parcela da sociedade passou a não admitir que outros seres fossem tratados com tamanha brutalidade, pressionando o legislativo e o executivo para que alguma providência fosse tomada e que culminou na formalização de um órgão voltado à causa animal na cidade.

Como já explicado no segundo capítulo, acreditamos que uma política pública nasce como resposta a um problema coletivamente relevante. Enquanto não havia consideração ética sobre o tratamento dispensado aos animais, não parecia ser um problema como eles seriam retirados das ruas, ou seja, nos parece que sem a reflexão moral que considera que animais não humanos são dignos de não terem suas vidas interrompidas, e não meros problemas de saúde pública, não existiria uma resposta estatal em promover uma política pública voltada aos seus interesses e antigas práticas aconteceriam ainda hoje.

Na história da DIBEA, a prática anterior ao órgão era a eliminação sistemática dos animais errantes. Foi preciso que o poder público fosse acionado por pessoas que não achavam correto a morte de animais, ou seja, pessoas tiveram uma posição inconformada com o preestabelecido. De certa maneira, admitiram que os animais tinham interesse em continuar vivendo, ou não teriam pressionado para a implementação de uma política pública de proteção.

A inclusão de outras espécies em nosso universo moral e consequentemente a busca de efetivação de seus direitos se dá quando temos consciência ética de nossas atitudes. Por outro lado, não ignoramos que no universo de seres sencientes ainda é uma ínfima parcela que está contemplada

76 MENEZES FILHO, 2015, p. 11.

pela DIBEA, já que são considerados alvo de intervenção apenas os animais domésticos. Acontece que nos filiamos ao entendimento que as mudanças se dão de forma gradual, se consideramos alguns animais dignos de proteção, por que não podemos, com o tempo, considerar todos?

A DIBEA tem um forte viés especista seletista, é bem-estarista e foi implementada através de uma demanda humana. Isso não deve ser desconsiderado, mas ignorar que milhares de animais puderam ser atendidos e deixaram de ser mortos, seria desconsiderar a existência de cada indivíduo que pôde ser beneficiado através dessa política pública, por isso julgamos que o trabalho desenvolvido pela DIBEA é um pequeno passo para a proteção dos seres sencientes e tem contribuído para a conscientização sobre o respeito aos não humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse trabalho foi entender como a Diretoria do Bem-Estar animal foi instituída e se existia alguma relação entre a consideração moral dos animais não humanos e o desenvolvimento de políticas públicas para eles. Entendemos que diante do caso analisado, houve sim influência da ética para a construção dessa política pública. Ao observar a produção de leis no município de Florianópolis podemos perceber que lentamente os animais, ou, pelo menos, alguns deles, têm sido contemplados com o mínimo de respeito e que a prática de certas crueldades vem sendo banidas. Ao longo dessa pesquisa foi possível perceber que fatores históricos, sociais, jurídicos e filosóficos influenciaram na forma como os animais não humanos foram tratados pelos humanos.

Embora não possamos afirmar categoricamente que as primeiras pessoas a questionar a forma como os animais não humanos errantes eram tratados em Florianópolis no final dos anos noventa tenham se debruçado sobre textos filosóficos, é certo que questionaram o *status quo* que via os animais como um problema a ser resolvido e não como seres com direito à vida. O extermínio de animais com pretexto sanitarista virou um problema coletivo, exigindo uma política pública que respeitasse a existência deles e prezasse por um convívio harmonioso.

Entre as alternativas de proteção aos animais está a luta coletiva para a criação de políticas públicas que contemple os animais não humanos, no caso da DIBEA cães, gatos e cavalos. A mudança gradual na legislação é uma alternativa que acreditamos que pode ajudar na melhoria das condições atuais e que conduz ao objetivo abolicionista a longo prazo.

Cada dia fica mais difícil sustentar o antropocentrismo-especista, não podemos fingir que os animais são coisas à nossa disposição e que podemos nos livrar deles quando decidimos que são um problema. A noção do justo não pode continuar restrita a espécie humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A QUESTÃO animal - a história do bem-estar animal. Direção de Todd Southgate. Florianópolis: Todd Southgate, 2012. (59 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=phhF6TH5IYI>>. Acesso em: 01 out. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**; trad. Carmen C, Varriale et ai.- 11ª ed. v. 2. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em 20 out. 2018

BRÜGGER, Paula. **Amigo Animal**: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas e Direito Administrativo. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, p. 89-98, jan. 1997.

CASTRO, Milene Silva. **A evolução dos direitos dos animais em Florianópolis**. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.5, n.2, 2011.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao Estudo das Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014

CORRÊA, Misael Costa. Cidade sensível: as transformações em relação aos animais em Florianópolis a partir da década de 1980. In: Simpósio Nacional de História, XXVI, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: Anpuh, p.1-8, 2011.

FELIPE, Sônia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: 2. ed. rev. - Editora da UFSC, 2014.

_____. **Por uma questão de princípios. Alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

_____. **Especismo: conceito e história**. 2013. 1 p. Artigo (Estudos Feministas)- Labrys, [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/antispecisme/sonia.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. **Liberdade e autonomia prática. Fundamentação ética da proteção constitucional dos animais.** In: In: MOLINARO, C. A.; MEDEIROS, F. L. F.; SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. (Org.). A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos. Uma discussão necessária. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p.55-82.

_____. Ética biocêntrica: tentativa de superação do antropocentrismo e do sencientismo éticos. **Etich@**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 1-7, dez. 2008.

FLORIANÓPOLIS (Município). Lei Complementar nº 094/2001, de 2001. . Florianópolis, SC, 18 dez. 2001. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/bemestaranimal/index.php?cms=lei+complementar+094+2001>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. Lei Complementar nº 183/2005, de 2005. . Florianópolis, SC, 26 ago. 2005. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/bemestaranimal/index.php?cms=lei+do+circo>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. Lei ordinária nº 7486/2007, de 2007. Florianópolis, SC, 11 dez. 2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2007/748/7486/lei-ordinaria-n-7486-2007-proibe-a-vivissecao-assim-como-o-uso-de-animais-em-praticas-experimentais-que-provoquem-sofrimento-fisico-ou-psicologico-sendo-estas-com-finalidades-pedagogicas-industriais-comerciais-ou-de-pesquisa-cientifica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. Lei Complementar nº 612/2017, de 2017. Florianópolis, SC, 08 abr. 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2017/61/612/lei-complementar-n-612-2017-inclui-artigo-na-lei-n-1224-de-1974-institui-o-codigo-de-posturas-municipal>>. Acesso em: 23 nov. 2018

GORDILHO, Heron José Santana. **Abolicionismo animal**. Salvador: Evolução, 2008, 184 p

LEVAL, Laerte Fernando. **Os animais sob a visão da ética**. 2010. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/os__animais__sob__a__visao__da__etica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. Direito animal: uma questão de princípios. **Revista Diversitas (USP)**. 2016. n.5. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direito-animal-uma-quest%C3%A3o-de-princ%C3%ADpios>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

NACONENCY, Carlos M. **Ética & Animais**: um guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NARCISO, Luciana Rocha. **POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS PREVISTOS NA CF/88. ESTUDO DE CASO – PROGRAMA CURITIBA LÊ**. 2016. 113 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas)- UFPR, Curitiba, 2016.

NUSBAUM, Martha. **Para além da compaixão e humanidade: justiça pra animais não humanos**. In: A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária. Tradução de Marcelo Fensterseifer. Organizadores: Carlos Alberto Molinaro, Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer. Belo Horizonte: Fórum, 2008. (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais, 3). p. 86 – 126.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ROLHANO, Paloma. O DIREITO DOS ANIMAIS E AS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA NO CONTROLE DE ZOONOSES: UMA CRÍTICA AO TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE.. **Revista de Biodireito e Direitos dos Animais**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 74-91, jan. 2017

MENEZES FILHO, Arnaldo de Souza. **A construção de políticas públicas de proteção animal no Brasil: uma análise sobre os direitos dos animais sob o ponto de vista ético, jurídico e social**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

RIBEIRO, Jorge Manuel Pereira. **Um novo estatuto para os animais? Desafios à sistematicidade da ciência jurídica**. 2018. 60 p. Dissertação (Mestrado EM CIÊNCIAS JURÍDICAS – POLÍTICAS)- Universidade do Porto, Porto, 2018.

RODRIGUES, Danielle Tettü. **O Direito e os animais**. Curitiba : Juruá, 2008.

ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. 223 p.

OLIVEIRA, Wesley Felipe de. **O princípio da igual consideração das capacidades**. 2017. 332 p. Tese (Doutorado em Filosofia)- UFSC, Florianópolis, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões** / Potyara A. P. Pereira. — 3. ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Bianca Calçada. Lei nº 11.101/11: Análise das políticas públicas para animais domésticos e domesticados no município de Porto Alegre. **Revista de Direito Animal**, [S.l.], v. 11, n. 7, p. 234-265, jan. 2012.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão nº 2001.002020-9. Capital, SC, 01 de novembro de 2001. **Jurisprudência Catarinense**. Florianópolis, 2001

SANTOS, Boaventura de Souza. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 54, p. 197-215, jun. 1999. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Porque_e_tao_dificil_construir_teorica_critica_RCCS54.PDF>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos – 2. ed. – .São Paulo: Cengage Learning, 2013

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004.

VAZ, Faustino. **Ética Prática**. 2007. Disponível em: <<https://criticanarede.com/eticapratica.html>>. Acesso em: 01 nov. 2018.